

Sarney é contra o voto ideológico

Estelina Farias

A instituição do voto distrital no Brasil vem sendo tentada desde o Império da Constituição de 1946, após o Estado Novo. Nas últimas décadas, a cada resultado de eleições, o tema ressurgiu. Atualmente sua adoção não encontra qualquer obstáculo de ordem constitucional e, segundo seus maiores defensores, o senador José Sarney (Arena-MG) e o deputado Raphael Baldacci (Arena-SP), atende a uma aspiração da Câmara e do Senado Federal. A instituição do voto distrital no Brasil é considerada por eles como possível no governo Figueiredo.

O senador José Sarney, em entrevista ao **Jornal de Brasília**, garantiu que um dos maiores erros da Revolução de 1964 foi o de, ao extinguir o pluripartidarismo, não ter adotado o voto distrital, dando consequência natural e lógica à estrutura político-partidária. Ele é o autor do projeto que institui o voto distrital no país, em tramitação no Congresso.

Entre os argumentos favoráveis ao voto distrital apontados por ele destaca-se a criação de partidos políticos fortes não ideológicos e sim pragmáticos, capazes de dar sustentação aos governos e legitimidade à representação política no Legislativo. O voto distrital é capaz de viabilizar a alternância no poder, entre os dois partidos políticos, mesmo no pluripartidarismo, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, uma democracia consolidada.

Os políticos contrários à adoção do voto distrital, no entanto, argumentam que ele favorece a influência econômica nas eleições. O senador Sarney, no entanto, garante o contrário. Ele acha que acaba com a influência do poder econômico. O senador maranhense refuta também o argumento de que com o voto distrital o parlamentar perde a visão nacional para ser mero vereador, tirando da Câmara Federal a condição de grande foro de debates políticos. Cita como exemplo estadistas como De Gaulle e Churchill eleitos por distritos.

O terceiro argumento contrário é o de que o voto distrital favorece a ditadura dos partidos políticos, pois a ele cabe a prerrogativa do critério de distribuição dos distritos. E isto poderia, também, promover o ressurgimento das oligarquias e do coronelismo tradicional do interior do país.

TENTATIVAS

A cada resultado de eleições há tentativas de adoção do voto distrital. No governo Médici, por exemplo, o então presidente nacional da Arena, senador Felinto Muller constituiu uma comissão mista para promover um estudo da legislação eleitoral, com vistas a conveniência de mudança do sistema de voto. Os senadores Gustavo Capanema (Arena-MG) e Tarso Dutra (Arena-RS) fizeram uma viagem ao exterior para colher subsídios das experiências do voto distrital em vários países.

De volta, o senador Capanema ofereceu uma conclusão desses estudos. Ele voltou impressionado com o voto distrital misto adotado na Alemanha, sistema hoje defendido também pelo senador Petrólio Portella, presidente do Congresso Nacional e coordenador do futuro presidente Figueiredo para assuntos políticos no Congresso. O senador mineiro, no entanto, entregou ao partido (Arena) apenas umas notas preliminares por ocasião da convenção que elegeu o senador Portella para a direção do partido.

O presidente nacional da Arena, deputado Francino Pereira, no momento afastado do cargo por motivo de viagem, em sua primeira audiência com o presidente Geisel, após a eleição de novembro passado, saiu do Palácio do Planalto defendendo a adoção do voto distrital. Os políticos contrários à ideia, porém, viram nesse gesto do dirigente arenista uma pretensão de tentar desviar a atenção da imprensa e da opinião pública de outros assuntos para este mais ameno.

No tempo de Felinto Muller as tentativas de adoção do voto distrital foram derrotadas. Agora os assessores e políticos mais chegados ao futuro presidente Figueiredo estão sendo trabalhados pelos defensores do voto distrital. Enquanto o senador José Sarney luta pela aprovação de seu projeto, no âmbito do Congresso, o deputado Raphael Baldacci prefere fazer campanha em outras áreas — escritório do general Figueiredo e Palácio do Planalto, principalmente junto ao seu «padrinho», general Golbery do Couto e Silva.

O senador Sarney prefere vencer os detratores do voto distrital, mostrando as vantagens desse sistema de voto e as desvantagens do voto proporcional em uso, o que ele caracteriza bem no seguinte depoimento:

JBr — Após o pleito de 15 de novembro intensificaram-se os debates sobre o voto distrital. O senhor tem um projeto neste sentido. Há viabilidade dele ser aprovado pelo Congresso Nacional?

Sarney — Um dos problemas políticos sérios do Brasil é o nosso sistema de representação. Acredito, e tenho declarado, que um dos erros da Revolução no campo político foi, no momento em que ela desejou mudar a estrutura dos partidos, não dar consequência mudando a estrutura do sistema eleitoral. Isto é, não poderíamos, jamais, pensar em dois partidos políticos com o voto proporcional.

O voto proporcional basicamente é um voto ideológico. E um voto que significa uma representação de todas as correntes de opinião pública e de todas as minorias dentro do poder. Enfim, ele é um voto de países já altamente avançados que não tenham as configurações e as dificuldades de um país politicamente subdesenvolvido. Sendo o voto proporcional ideológico em si, ele determina a proliferação dos partidos. E onde ele existe há realmente o pluripartidarismo legítimo, um funcionamento dos partidos. Isso correu realmente antes de 64 aqui no Brasil.



Sarney acha que voto ideológico só deve existir em nações desenvolvidas

O voto distrital é inteiramente diferente, porque ele é um voto não ideológico, que leva à formação de dois partidos que vêm da base. Embora possa existir um número muito grande de partidos somente dois partidos realmente têm condições de operar o poder e dar respaldo ao poder. Isso evidentemente, dá estabilidade aos governos. Basta dizer que nos países da democracia ocidental temos quase todos eles com voto distrital.

A grande democracia americana até hoje, desde os seus primórdios, tem o voto distrital. A Inglaterra da mesma maneira. E na própria França, que tem uma tradição política e cultural de tantos séculos, o general Charles De Gaulle, no momento em que resolveu dar estabilidade à democracia francesa para que ela não se desintegrasse totalmente, adotou o voto distrital das duas voltas. Na primeira, todos os partidos votam e, na segunda, só os dois mais votados.

— Vejamos o exemplo da Inglaterra, o partido Liberal teve na última eleição mais de 25 por cento dos votos. Contudo, no Parlamento, eles não têm condições de ter uma bancada capaz de dar estabilidade ao governo. Assim, acredito que em países subdesenvolvidos se nós fracccionarmos o Congresso através do voto proporcional, em várias correntes de opinião pública representada através de conotação ideológica desse tipo de voto, nós levaríamos uma desvantagem do Parlamento com todas as desvantagens que isso pode acarretar para a própria democracia.

JBr — Mas a implantação do voto distrital no Brasil não pressupõe primeiro a existência de partidos políticos de conotação ideológica e uma democracia consolidada?

Sarney — Não. O problema não é que ele seja um voto de cunho ideológico. O problema é que em matéria de política temos que verificar que a parte formal também é muito importante para alcançar esse objetivo. No caso do voto distrital, ele tem mostrado que é mais legitimador da opinião pública do que o voto proporcional, uma vez que no voto proporcional o eleito não representa senão um estado de espírito do dia da eleição, quer dizer a capacidade que o candidato tem de organizar alguns apoios e sensibilizar algumas áreas da opinião pública. Mas dentro de pouco tempo o Congresso começa a envelhecer rapidamente, porque esse voto não tem a representatividade que tem o voto distrital. O voto distrital, através da representação de diversas áreas dá um mapa realmente político do país e dos interesses que, sendo regionais, são também nacionais.

JBr — O senhor deu exemplo de noções democráticas que têm o voto distrital. Aqui no Brasil esse sistema não entraria em choque com a legislação que, apesar da extinção do AI-5, tem resquícios de autoritarismo.

Sarney — Não. Acho que algumas dificuldades existem para implantação do voto distrital. A maior delas é, na verdade, a divisão territorial do país através dos distritos. Esse é um problema que o mundo inteiro tem tido dificuldades e há sempre muita discussão a respeito dele. Basta dizer que a organização territorial dos distritos dos Estados Unidos há apenas 15 anos é que tomou uma posição mais sólida. Nós sabemos que havia muita deformação na

formação dos distritos, uma vez que eles seguiam modificações para atender a interesses eleitorais de determinados congressistas surgindo até um tipo de deformação chamada «Salamandra», o apelido do distrito que foi feito por um governador de Massachussetes e que tinha forma de salamandra. Era lá que ele buscava os eleitores que achava mais simpáticos. Mas esse é um problema que existe, que podemos resolver. Os outros países resolveram e o Brasil terá também que resolver. Esse, aliás, é o único problema que nós temos para implantação do voto distrital. Alegam que a implantação do voto distrital é casuística, que ele se aplica apenas ao momento. Acho que os homens públicos devem pensar muito mais alto e com maior grandeza. O voto distrital serve à democracia. Temos que criar uma grande democracia para o Brasil e essa grande democracia só pode ser feita através da estabilidade do regime e para dar estabilidade ao regime temos que ter o voto distrital, porque este voto será capaz de evitar as radicalizações, de criar partidos não ideológicos. Criar sim partidos pragmáticos que sustentem o poder e assegurem as liberdades individuais em meio às tempestades que surgem num país com tantas dificuldades de natureza institucional como o Brasil.

JBr — Os críticos do voto distrital, entre outros argumentos, dizem que ele vai regionalizar por demais os senadores e deputados federais, tornando o Congresso Nacional uma grande câmara de vereadores... Os parlamentares ficarão muito ligados a seus distritos...

Sarney — Essa discussão é meio arcaica porque ela é feita no Brasil toda vez que se discute o voto distrital. No tempo do Marquês do Paraná, quando foi feito o voto distrital, nós encontramos nos anais do Congresso também esses mesmos argumentos. Também, quando da votação da reforma «Saraiva» esses argumentos tornaram a ser levantados no Parlamento e nunca tivemos tantos estadistas. Temos que considerar que o senhor Churchill, um dos maiores estadistas dos nossos tempos, sempre foi eleito por um distrito. Todos os grandes homens, os grandes estadistas dos Estados Unidos, França e da Inglaterra pertencem ao distrito a que eles estão vinculados. Há uma expressão do Herbert Wright — quanto mais regional mais universal». Então não acredito que os homens, pelo fato de estarem vinculados politicamente aos interesses de seus distritos, eles estejam desvinculados dos interesses da sua pátria.

JBr — A implantação do voto distrital não pressupõe por outro lado a extinção da sublegenda, para evitar o excesso de candidatos e o radicalismo? Afinal, se existem dois partidos, mais tarde surgirão outros, e, cada um tendo três sublegendas em um só distrito, teremos um mínimo de seis candidatos.

Sarney — Essa é mais uma das vantagens que tem o sistema distrital porque a sublegenda é um artifício que foi criado para disfarçar o partido regional. Nós sabemos que a tradição brasileira é de partidos regionais. Partido nacional foi uma criação de 1945 que depois a Constituição de 1946 criou os partidos nacionais. Mas a tradição brasileira sempre foi partidos regionais e essa tradição é tão forte que embora os par-

tidos fossem nacionais, mesmo depois de 46, tinham características regionais. Basta dizer que o PR um partido de Minas Gerais era do senhor Artur Bernardes, o PL era do senhor Raul Pila, no Rio Grande do Sul, com alguns de seus companheiros libertadores, o PSP era um partido de São Paulo e que funcionavam no resto do país apenas como legendas que ajustavam situações através dos partidos regionais. O PSD no Rio Grande do Sul, naquele tempo, correspondia quase a UDN nacional.

Então a sublegenda é uma maneira de termos em todos os estados através de várias siglas o ressurgimento dos velhos partidos estaduais. Quando foram criados os dois partidos atuais, a sublegenda ressusitou os partidos estaduais da tradição brasileira. Cada uma das sublegendas é um partido estadual convivendo com os dois partidos nacionais (Arena e MDB), que apenas existem na lei, mas a realidade ainda temos esse grande resquício do partido regional, do partido local, que ainda permanece no país.

Até através do voto distrital teríamos mais esse fato — restauraríamos a possibilidade de termos partidos nacionais legítimos e autênticos.

JBr — O senhor defende o voto distrital puro ou o misto (alemão) para o Brasil?

Sarney — O voto distrital puro. O misto pode existir na Alemanha por ser um país pequeno em que não há realidades nacionais diferentes, em que a legitimidade da representação pode ser uma só. No Brasil, o único meio que temos de dar legitimidade total à representação popular é a legitimidade geográfica. E esta só se faz através do distrito. Se formos o voto misto, ficamos sem as vantagens do voto distrital e com as desvantagens do voto proporcional. Sou partidário do voto distrital puro. Ele é o que melhor serve ao sistema democrático e a criação de instituições definitivas e perenes. Os Estados Unidos e a Inglaterra não têm o voto distrital misto. Em alguns países europeus, como a Alemanha, existe, porque, na realidade, têm partidos ideológicos muito fortes. Nestes dois países há necessidade da manutenção de partidos ideológicos, partidos que sustentem o poder. No Brasil, para que tenhamos grandes instituições democráticas, a primeira coisa que se tem de fazer é dar estabilidade aos governos, que assumam o compromisso de defesa da democracia e dos direitos democráticos.

JBr — O senhor já levou a ideia de implantação do voto distrital ao futuro presidente Figueiredo? Sabemos que o senhor a submeteu ao presidente Geisel antes da edição do «pacote de abril».

Sarney — Toda vez que tenho oportunidade de conversar, e não é de hoje, com todos os homens responsáveis pela condução da vida pública brasileira e também com os meus companheiros de partido da oposição tenho defendido esse ponto de vista. No Parlamento, não é de agora, sempre defendi a necessidade do voto distrital. E defendo como uma necessidade que o país tem de realmente superar os problemas que ele tem tido. Todo o grande mal de método do funcionamento da democracia brasileira nasce do voto proporcional. Enquanto nós tivermos voto proporcional não teremos partidos políticos, porque nele o maior inimigo do partido é o próprio candidato, porque eles saem das eleições inteiramente incompatibilizados com os outros. Os interesses são conflitantes dentro do próprio partido e, na realidade, o que se tem visto é que cada candidato parte de um núcleo básico que deveria ser o distrito e vai tirar voto do núcleo do outro numa atividade predatória, absolutamente inútil que só tem uma função, a de desagregar os partidos. Quer dizer, com o voto proporcional nunca teremos partidos políticos fortes e sem partidos políticos não existe democracia.

JBr — A adoção do voto distrital está inserida nesse contexto de continuidade de reformas constitucionais para aperfeiçoamento das instituições para a administração do governo e a Arena?

Sarney — Não tenho nenhum dado de informação sobre o projeto político que está em elaboração, senão aquele que é da preocupação de todos nós. Pessoalmente tenho esse ponto de vista e o defendo com o maior ardor.

JBr — Então porque em sua primeira audiência com o presidente Geisel, após a eleição, o presidente nacional da Arena, Francino Pereira voltou defendendo o voto distrital, dizendo inclusive, que seria um dos temas serem debatidos pelo Congresso Nacional? O senador Petrólio Portella também o defendeu.

Sarney — Também não são só os políticos da Arena. Tenho visto homens públicos, da oposição, defendendo o voto distrital. São grandes homens públicos que estão vendo o problema, sabendo o que o país vai enfrentar na próxima eleição com o atual sistema de voto, grande desintegrador dos partidos. E' um fator de instabilidade institucional. O voto proporcional mostrou-se na última eleição inteiramente impraticável pelo custo que ele representa para o candidato que tem que ser votado no distrito inteiro com dispêndio de viagem, distribuição de propaganda, de presença do candidato e, no fundo, tendo uma pequena representação pulverizada não representa nada. E um deputado sem representar nada permanentemente está sendo alvo de ameaças, que são ameaças ao próprio regime.

JBr — Quer dizer que a última eleição evidenciou a necessidade de adoção do voto distrital?

Sarney — A última eleição mostrou o fim do voto proporcional. E temos que marchar para o voto distrital.

O projeto do senador

Com o voto distrital puro, na forma defendida pelo senador José Sarney, a eleição para deputado estadual e federal obedece ao critério de divisão por distritos. Cada Estado ou Território, terá tantas distritos quantas vagas de deputados federais a preencher. Cada distrito elege um deputado federal e três estaduais.

A criação dos distritos cabe ao Tribunal Superior Eleitoral, ouvidos os tribunais regionais eleitorais, obedecendo os seguintes critérios: população, contiguidade de áreas e as-

pectos sócio-econômicos. A sede do distrito é o município de maior população.

É vedada a divisão territorial de município para integrar distritos diferentes. Aprovada a divisão dos distritos, só se poderá alterá-la após a realização de duas eleições sucessivas. Não pode haver diferença populacional superior a 15 por cento entre o distrito maior e o de maior densidade demográfica no mesmo Estado ou Território.

As regiões metropolitanas defi-

nidas em lei constituem distritos únicos, representados idealmente, por tantas unidades distritais quantas lhes sejam cabíveis na forma da divisão, processada a escolha dos eleitos pela totalidade dos sufrágios apurados em toda a respectiva região. Em cada região metropolitana, os eleitos serão considerados representantes de todas as unidades distritais da região.

Os partidos políticos podem registrar até dois candidatos para cada vaga na eleição distrital. Não é admitido registro de candidato em mais

de um distrito, no mesmo pleito.

Sem prejuízo das vagas, qualquer candidato preterido nas convenções partidárias pode inscrever-se para disputar o pleito, desde que seu pedido de registro seja subscrito por mais de três por cento do eleitorado do respectivo distrito, obrigado o candidato a declinar o partido pelo qual se inscreve.

O voto distrital defendido pelo senador José Sarney não altera a eleição para vereador, que se realizaria pelo sistema de voto proporcional.